

One7 Holding S.A

**Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em
31 de dezembro de 2024 e 2023**

Conteúdo

| | |
|--|-----------|
| Mensagem da Administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 4 |
| Balanco patrimonial individual e consolidado | 8 |
| Demonstração de resultado individual e consolidado | 9 |
| Demonstração de resultado abrangente individual e consolidado | 10 |
| Demonstração das mutações do passivo a descoberto individual e consolidado | 11 |
| Demonstração do fluxo de caixa individual e consolidado – Método Indireto | 12 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas | 13 |

Tatuí – SP, 09 de maio de 2025

Aos acionistas da
ONE7 HOLDING S.A

Senhores Acionistas,

A Administração da **ONE7 HOLDING S.A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

A Companhia é uma sociedade por ações constituída em 15 de fevereiro de 2019 de acordo com as leis brasileiras vigentes, e tem como objeto social ser Holding de instituições não-financeiras (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE nº 64.62-0-00).

Em 2022 o principal fato ocorrido foram as transferências das ações para novos acionistas, o que fez parte do plano de reorganização societária e expansão dos negócios do grupo One7.

Em 06 de dezembro de 2022 a Companhia fez parte de uma reorganização societária, na qual passou a ser controladora das demais empresas do grupo. Esse movimento ocorreu por meio do aumento de capital de seus acionistas, que utilizaram suas cotas de capital as quais eram detentores em outras companhias. Assim a One7 Holding S.A. passou a ser a controladora do grupo.

Também houve a alteração da razão social de One7 Tecnologia e informação LTDA para One7 Holding S.A., bem como o tipo societário mudou de limitada para sociedade anônima.

Conforme descrito no estatuto social, após a apuração de resultado, será constituída a reserva legal, ocorrendo em seguida a deliberação em assembleia a respeito da destinação dos lucros. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 houve prejuízo, não ocorrendo assim a constituição de reservas ou distribuição de lucros.

Atenciosamente,

ONE7 HOLDING S.A

Diretor Presidente
João Paulo de Oliveira Cruz

Diretor Financeiro
Fernando Maia de Oliveira Cruz



Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores da

One7 Holding S.A

Tatuí – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da One7 Holding S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da One7 Holding S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras

livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como



base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Thaís de Lima Rodrigues Leandrini', written over a faint, illegible stamp or watermark.

Thaís de Lima Rodrigues Leandrini
Contadora CRC-1SP280836/O-5

One7 Holding S.A.

Balanco patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em Reais

| | Notas | Individual | | Consolidado | | Notas | Individual | | Consolidado | |
|---|---------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | | 2024 | 2023 | | |
| Ativo | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 441.783 | 5.117.861 | 13.808.231 | 20.286.469 | 17 | 10.031 | 21.235 | 45.182 | 233.455 |
| Direitos creditórios a receber | 5 | - | - | 178.062.189 | 131.990.342 | 22 | 3.196.753 | - | 48.821.014 | - |
| Perdas esperadas com direitos creditórios | 5.a | - | - | (38.101.494) | (31.135.310) | 20 | - | - | 2.877.561 | 1.088.433 |
| Tributos a recuperar | 6 | 126.694 | 1.466 | 1.678.871 | 1.253.312 | 19 | 818 | 2.822 | 1.291.728 | 308.077 |
| Debêntures | 8 | 35.096.271 | 35.096.271 | - | 260.689 | 18 | 38.564 | 14.481 | 3.927.032 | 3.138.000 |
| AFAC | 9 | - | 287.000 | - | - | 16 | - | - | 486.947 | 279.627 |
| Outros créditos | 10 | 2.598 | 2.598 | 503.338 | 439.933 | | | | | |
| Total do ativo circulante | | 35.667.346 | 40.505.195 | 155.951.135 | 123.095.434 | | 3.246.166 | 38.538 | 57.249.464 | 5.047.592 |
| Não circulante | | | | | | | | | | |
| Mútuo a receber | 7 | 751.796 | 649.476 | 751.796 | 649.476 | 16 | - | - | 509.633 | 735.617 |
| Direitos creditórios a receber | 5 | - | - | 4.309.919 | 2.132.843 | 21 | 513.335 | 5.142.319 | - | - |
| Outros Créditos | 10 | - | - | 196.641 | 196.641 | 22 | 76.722.074 | 67.390.232 | 270.844.147 | 253.506.915 |
| Outros Valores | 11 | - | - | 2.868.595 | 1.246.288 | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 12 | - | - | 28.271.353 | 30.824.997 | 14 | 8.741.623 | 6.989.028 | - | - |
| Investimento em cotas de Fundo | 13 | - | - | 90.386.071 | 60.421.732 | | | | | |
| Investimentos | 14 | 9.364.071 | 360.902 | - | - | | | | | |
| Imobilizado | 15 | - | - | 1.571.927 | 1.766.440 | | | | | |
| Direito de uso | 16 | - | - | 855.822 | 911.730 | | | | | |
| Total do ativo não circulante | | 10.115.867 | 1.010.378 | 129.212.124 | 98.150.146 | | 85.977.032 | 79.521.579 | 271.353.780 | 254.242.532 |
| Total do ativo | | 45.783.213 | 41.515.573 | 285.163.259 | 221.245.580 | | 45.783.213 | 41.515.573 | 285.163.259 | 221.245.580 |
| Passivo | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | |
| Capital social | 23.a | - | - | - | - | 23.a | 50.259.782 | 50.259.782 | 50.259.782 | 50.259.782 |
| AFAC | | | | | | | | | | |
| Prejuízos acumulados | 23.d | - | - | (32.582.493) | (27.187.052) | 23.d | (32.582.493) | (27.187.052) | (32.582.493) | (27.187.052) |
| Ágio em Transação de capital | 14/23.b | - | - | (54.012.117) | (54.012.117) | 14/23.b | (54.012.117) | (54.012.117) | (54.012.117) | (54.012.117) |
| Instrumento Patrimonial | 23.c | - | - | (7.105.157) | (7.105.157) | 23.c | (7.105.157) | (7.105.157) | (7.105.157) | (7.105.157) |
| Total do patrimônio líquido | | (43.439.985) | (38.044.544) | (43.439.985) | (38.044.544) | | (43.439.985) | (38.044.544) | (43.439.985) | (38.044.543) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 45.783.213 | 41.515.573 | 285.163.259 | 221.245.580 | | 45.783.213 | 41.515.573 | 285.163.259 | 221.245.580 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

One7 Holding S.A.

Demonstração de resultado individual e consolidado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Em Reais

| | Notas | Individual | | Consolidado | |
|---|-------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| | | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Receita de juros | 24 | 102.320 | 99.913 | 37.373.300 | 31.822.421 |
| Despesa de juros | 25 | - | - | (27.934.906) | (26.770.576) |
| Resultado líquido de juros | | 102.320 | 99.913 | 9.438.394 | 5.051.845 |
| Receita de serviços | 24 | - | - | 15.543.059 | 11.598.066 |
| (-) Custo serviços prestados | 25 | - | - | (11.761.333) | (17.293.081) |
| Receita operacional líquida | | - | - | 3.781.726 | (5.695.015) |
| Resultado de aplicações financeiras | 27 | 250.945 | 1.807.796 | 1.840.112 | 2.435.078 |
| Outras receitas | 27 | - | - | 129.376 | 253.776 |
| Receitas líquidas | | 250.945 | 1.807.796 | 1.969.488 | 2.688.853 |
| Receita líquida da prestação de serviços | | 353.265 | 1.907.709 | 15.189.609 | 2.045.683 |
| Despesas com pessoal | 28 | - | - | (7.454.120) | (6.470.088) |
| Despesas administrativas | 29 | (164.645) | (245.954) | (14.908.654) | (14.160.757) |
| Perdas com direitos creditórios | 5.a | - | - | (6.966.185) | (6.512.114) |
| Despesas com depreciação e amortização | 30 | - | - | (718.501) | (667.085) |
| Despesas tributárias | 31 | (18.661) | (2.033) | (74.660) | (55.865) |
| Resultado com investimento | 26 | - | - | 30.225.929 | 10.584.918 |
| Resultado de equivalência patrimonial | 14/26 | 6.963.574 | (12.136.336) | - | - |
| Resultado operacional | | 7.133.533 | (10.476.614) | 15.293.418 | (15.235.308) |
| Receitas financeiras | | - | - | 98.971 | 45.232 |
| Despesas financeiras | | (12.528.973) | (10.343.935) | (14.047.908) | (11.261.859) |
| Resultado financeiro líquido | 32 | (12.528.973) | (10.343.935) | (13.948.937) | (11.216.627) |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | (5.395.440) | (20.820.549) | 1.344.481 | (26.451.935) |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | 33 | - | (486.230) | (4.185.667) | (486.230) |
| Imposto de renda e contribuição social diferido | 33 | - | - | (2.554.252) | 5.631.387 |
| Resultado do Exercício | | (5.395.440) | (21.306.779) | (5.395.440) | (21.306.779) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

One7 Holding S.A.

Demonstração do fluxo de caixa individual e consolidado - Método indireto

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

| (Em Reais) | Individual | | Consolidado | |
|--|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Prejuízo do exercício | (5.395.440) | (21.306.779) | (5.395.440) | (21.306.779) |
| Ajuste para conciliação do prejuízo do exercício | | | | |
| Juros sobre debêntures passivo | 12.528.596 | 10.285.074 | 39.809.384 | 36.663.743 |
| Juros sobre debêntures ativo | - | - | - | (7.052) |
| Juros sobre mutuo | (102.320) | (89.456) | (102.320) | (99.911) |
| Juros arrendamento | - | - | 168.788 | 194.199 |
| Depreciação | - | - | 718.501 | 667.085 |
| Provisão para perda esperada | - | - | - | 6.425.510 |
| Provisão diversas | - | - | - | 594.614 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (6.963.574) | 12.136.336 | - | - |
| (Aumento)/Redução de impostos diferidos | - | - | 2.553.644 | (5.631.387) |
| Resultado com fundo de investimento | - | - | (30.225.929) | (10.584.918) |
| Prejuízo do exercício | 67.262 | 1.025.175 | 7.526.629 | 6.915.104 |
| Variações nos ativos e passivos | | | | |
| (Aumento) em direitos creditórios a receber | - | - | (2.177.076) | (13.058.828) |
| (Aumento)/redução em outros ativos | - | (2.598) | (1.701.222) | 163.509 |
| Aumento em obrigações trabalhistas | - | - | 1.589.131 | (143.869) |
| (Aumento)/redução em impostos a recuperar | (125.228) | (1.373) | (425.558) | (267.618) |
| Aumento em obrigações tributárias | (2.004) | (2.746) | 983.644 | (11.607) |
| (Aumento)/redução fornecedores | (11.203) | 17.861 | (188.273) | (361.619) |
| Aumento em outras contas a pagar | (1) | (26.335) | 15.500 | (2.613.755) |
| Caixa gerado (utilizados nas) atividades operacionais | (71.175) | 1.009.983 | 5.622.775 | (9.378.683) |
| Imposto pago sobre o lucro | | | | - |
| Caixa e equivalente de caixa proveniente das/(aplicado nas) | (71.175) | 1.009.983 | 5.622.775 | (9.378.683) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimentos | | | | |
| Aquisição de debênture | - | (35.096.271) | - | 681.073 |
| Aquisição de imobilizado | - | - | (46.220) | - |
| Venda de imobilizado | - | - | 53.000 | - |
| Aquisição de fundo de investimento | - | - | (203.355) | (49.836.814) |
| Amortização de fundo de investimento | - | - | 464.945 | - |
| (Aumento) Imobilizado e/ou direito de uso | - | - | (224.000) | (177.982) |
| Caixa e equivalente de caixa proveniente das/(aplicado nas) | - | (35.096.271) | 44.370 | (49.333.723) |
| Fluxos de caixa das atividades de financiamentos | | | | |
| Investimentos em controladas | - | (60.000.000) | - | - |
| Instrumento patrimonial | - | (7.105.157) | - | (7.105.157) |
| Pagamento de mútuo | (4.628.984) | - | - | - |
| Aumento de capital | - | 49.999.782 | - | 49.999.782 |
| Mútuo Adquirido | - | 100.000 | - | - |
| Captação de debênture | - | 57.105.157 | 54.725.000 | 71.497.969 |
| Pagamento de debênture | - | - | (24.180.000) | (64.613.506) |
| Pagamento juros debênture | - | - | (4.196.130) | (43.459.602) |
| Recebimento de debênture | - | - | 260.689 | - |
| Empréstimos pagos | - | (904.802) | - | (20.259.802) |
| Passivo arrendamento | 0 | - | (438.311) | (431.965) |
| Caixa e equivalente de caixa proveniente das/(aplicado nas) | (4.628.984) | 39.194.982 | 26.171.248 | (14.372.279) |
| Varição líquida do caixa e equivalente de caixa | (4.700.158) | 5.108.694 | 31.838.393 | (73.084.687) |
| Caixa e equivalente de caixa no início do exercício | 5.117.861 | 9.168 | 20.286.469 | 93.371.155 |
| Caixa e equivalente de caixa no final do exercício | 441.783 | 5.117.861 | 13.808.231 | 20.286.469 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

One7 Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em Reais)

| | Capital Social | Instrumento Patrimonial | Transação de capital | Prejuízos Acumulados | Total |
|--|-------------------|-------------------------|----------------------|----------------------|---------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2021 | 50.000 | - | - | (4.894.757) | (4.844.757) |
| Aumento de capital social | 210.000 | | | | 210.000 |
| Agio em transação de capital | | | (54.012.117) | | (54.012.117) |
| Prejuízo de exercício | - | - | - | (985.237) | (985.237) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2022 | 260.000 | - | (54.012.117) | (5.879.994) | (59.632.110) |
| Aumento de capital social | 50.000.000 | | | | 50.000.000 |
| Instrumento Patrimonial | | (7.105.157) | | | (7.105.157) |
| Prejuízo de exercício | - | - | - | (21.306.779) | (21.306.779) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 50.260.000 | (7.105.157) | (54.012.117) | (27.186.773) | (38.044.047) |
| Prejuízo de exercício | - | - | - | (5.395.440) | (5.395.440) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 50.260.000 | (7.105.157) | (54.012.117) | (32.582.213) | (43.439.486) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

One7 Holding S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em Reais)

| | Individual | | Consolidado | |
|--|----------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Prejuízo líquido do exercício | <u>(5.395.440)</u> | <u>(21.306.780)</u> | <u>(5.395.440)</u> | <u>(21.306.780)</u> |
| Outros resultados abrangentes | - | - | - | - |
| Resultado abrangente do exercício | <u><u>(5.395.440)</u></u> | <u><u>(21.306.780)</u></u> | <u><u>(5.395.440)</u></u> | <u><u>(21.306.780)</u></u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A One7 Holding S.A (“Companhia”), domiciliada no Brasil, com sede na Rua Doutor Prudente de Moraes, nº 345, sala 21, bairro Centro, na cidade de Tatuí, estado de São Paulo, CEP: 18.270-280, constituída em 15 de fevereiro de 2019 é uma sociedade de ações que tem como objeto social a participação em outras sociedades, como sócia, acionista, no país ou no exterior. A Companhia detém 100% de participação societária em suas controladas, aqui mencionada como “Grupo” Conforme a seguir.

1.1 Relação de entidades controladas

(i) *One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A. (“One7 Securitizadora”):*

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía participação societária de 100% na One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S/A, a alteração de controle se deu em 06 de dezembro de 2022 com a transferência das cotas de capital dos antigos sócios para a nova controladora, a controlada com sede social na Rua Doutor Prudente de Moraes, nº 345, pavimento superior, escritório 22, bairro Centro, na cidade de Tatuí, estado de São Paulo, CEP: 18.270-280, constituída em 26 de outubro de 2018 é uma sociedade de ações que tem como objeto social a securitização de créditos e ativos empresariais (Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE nº 6492-1/00)

(ii) *Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A. (“Legacy”):*

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía participação societária de 100% na Legacy Securitizadora de Créditos Comerciais S.A., a alteração de controle se deu em 06 de dezembro de 2022 com a transferência das cotas de capital dos antigos sócios para a nova controladora, constituída em 24 de agosto de 2020 e está domiciliada no Brasil, com sede na Rua Ramos Batista, nº 444, Andar 6, Centro, CEP: 04.552-020, no município de São Paulo, Estado de São Paulo. É uma sociedade limitada que tem por objetivo a atividades de securitização de créditos comerciais. A empresa está em fase pré-operacional de suas atividades

(iii) *One7 Consultoria em Análise de Crédito e Cobrança Ltda (“One7 Consultoria”):*

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía participação societária de 100% na One7 Consultoria em Análise de Crédito e Cobrança, a alteração de controle se deu em 06 de dezembro de 2022 com a transferência das cotas de capital dos antigos sócios para a nova controladora, controlada com sede social na Avenida Doutor Prudente de Moraes, nº 345, Escritório 23, Centro, CEP: 18.270-280, no município de Tatuí, Estado de São Paulo. A Controlada foi constituída em 06 de dezembro de 2018 como sociedade limitada e tem por objetivo a atividades de consultoria em gestão empresarial e atividades de cobranças e informações cadastrais.

(iv) *One7 Pagamentos Ltda (“One7 Pagamentos”):*

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía participação societária de 100% na One7 Pagamentos Ltda, a alteração de controle se deu em 06 de dezembro de 2022 com a transferência das cotas de capital dos antigos sócios para a nova controladora, controlada com sede social na Rua Doutor Prudente de Moraes, nº 345, Escritório 13, Centro, CEP: 18.270-280, no município

de Tatuí, Estado de São Paulo. A Controlada foi constituída em 21 de janeiro de 2021 como sociedade limitada e tem como objeto social a atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral e operadora de cartão de débito. A empresa está em fase pré-operacional de suas atividades.

(v) *Rapidoo Serviços de Tecnologia Ltda (“Rapidoo”):*

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía participação societária de 100% na Rapidoo Serviços de Tecnologia Ltda, controlada com sede social na Rua Doutor Prudente de Moraes, nº 345, conjunto 21 parte, Centro, CEP: 18.270-280, no município de Tatuí, Estado de São Paulo. A Controlada foi constituída em 14 de julho de 2016 como sociedade limitada, sendo adquirida pela controladora em 2020 e tem como objeto social: a atividade cobranças e informações cadastrais, factoring, tratamento de dados, portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet. A empresa está em fase pré-operacional de suas atividades.

(vi) *One7 Holding Financeira Ltda (“One7 Holding Financeira”)*

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía participação societária de 100% na One7 Holding Financeira Ltda, controlada com sede social na Rua Doutor Prudente de Moraes, nº 345, escritório 21, Centro, CEP: 18.270-280, no município de Tatuí, Estado de São Paulo. A Controlada foi constituída em 29 de setembro de 2021 como sociedade limitada e tem como objeto social: a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar. A empresa está em fase pré-operacional de suas atividades.

1.2 Continuidade

A Companhia apresentou passivo a descoberto nos montantes de R\$ 43.439.985 e R\$ 38.044.544 nos exercícios de 2024 e 2023, respectivamente, e em contrapartida apresentou redução significativa nos prejuízos dos exercícios no montante de R\$ 5.395.440 em 2024 e R\$ 21.306.779 em 2023. Adicionalmente o fluxo de caixa operacional referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentou saldo positivo de R\$ 5.622.775.

Neste contexto de melhora nos indicadores financeiros, a administração não vê riscos na continuidade operacional e possui um plano de incremento de seus negócios projetado para o Grupo. O plano consiste basicamente na ampliação do fornecimento de crédito à empresas de pequeno e médio porte, contribuindo para seu crescimento e desenvolvimento. Adicionalmente, o Grupo tem um objetivo maior de fornecer soluções financeiras completas à seus clientes, e buscando expandir seus negócios.

Atualmente o produto em evidência do Grupo é a securitização de créditos, que em 5 anos de investimento está aprimorando os seus controles, buscando as melhores práticas do mercado e fazendo parcerias de administração e gestão, visando o sucesso e a consolidação do Grupo no segmento financeiro.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, adotando os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela administração em 09 de maio de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo. Ao definir a moeda funcional, a Administração considerou qual moeda influencia significativamente o valor de seus serviços e a moeda na qual a maior parte dos custos são incorridos. Todos os saldos foram arredondados para a unidade mais próxima de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.2 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

- Classificação dos ativos financeiros (consulte a Nota Explicativa 3.5)
- A mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- Ativo fiscal diferido (Nota Explicativa 3.18): a expectativa de realização do ativo fiscal diferido está fundamentada na projeção de lucros tributáveis futuros e em outros estudos técnicos.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data de emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 12 – Impostos Diferidos
- Nota explicativa nº 19 – Contingências

c. Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Para aumentar a consistência e a comparabilidade nas mensurações do valor justo e nas divulgações correspondentes, o Grupo classifica em três níveis as informações (inputs) aplicadas nas técnicas de avaliação utilizadas na mensuração do valor justo. A hierarquia de valor justo dá a mais alta prioridade a preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos

idênticos e a mais baixa prioridade a dados não observáveis, como apresentado a seguir:

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os ativos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão classificados no Nível 2.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designado pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais. Práticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3 Políticas e práticas contábeis materiais

O Grupo aplicou as políticas e práticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

3.1 Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras das controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os impactos dos investimentos em controladas, ocorrem quando há:

- **Distribuição e outros ajustes ao valor contábil:** Quando há distribuições recebidas das entidades controladas reduzem o valor contábil do investimento. Ajustes no valor contábil também podem ser necessários como consequência de mudanças no patrimônio líquido das entidades controladas decorrentes de itens de outros resultados abrangentes;

- Redução ao valor recuperável. Se existe indicação de que um investimento em controladas pode ser reduzido ao seu valor recuperável, o investidor testa todo o valor contábil do investimento para redução ao valor recuperável. Qualquer ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) incluído como parte do valor contábil do investimento na coligada não é testado separadamente para redução ao valor recuperável, mas sim como parte do teste de redução ao valor recuperável do investimento como um todo;
- Transação do investidor com controla. Se o investimento em controladas é contabilizado usando o método da equivalência patrimonial, o investidor elimina lucros e prejuízos não realizados, resultantes de transações da controlada para o investidor e deste para a controlada, na medida da participação do investidor na controlada. Prejuízos não realizados em tais transações podem fornecer evidência da necessidade de redução ao valor recuperável do ativo transferido;
- Perdas que excedam o valor contábil do investimento. Se a participação de um investidor nas perdas de controlada for igual ou exceder o valor contábil de seu investimento na controlada, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas adicionais. Após a participação do investidor ser reduzida a zero, o investidor deve reconhecer as perdas adicionais como provisão apenas na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou não formalizadas (construtivas) ou tenha efetuado pagamentos em nome da controlada. Se a controlada subsequentemente reporta lucros, o investidor deve retomar o reconhecimento de sua participação daqueles lucros apenas depois que sua participação dos lucros for igual à participação das perdas não reconhecidas.

(ii) Participação de acionistas não-controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(iii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

O método da equivalência patrimonial é aplicável para todo o investimento em coligadas e controladas. O investimento em patrimônio é reconhecido, inicialmente, pelo preço da transação (incluindo os custos da transação), e é ajustado subsequentemente para refletir a participação do investidor no resultado e em outros resultados abrangentes das coligadas e controladas.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por

exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.3 Direitos creditórios a receber

O saldo de direitos creditório a receber é demonstrado pelos valores históricos, ou seja, pelo custo amortizado e não foram ajustados a valor presente, foram reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Substancialmente são títulos recebidos em contrapartida da antecipação financeira dos mesmos ao cedente. O saldo é avaliado periodicamente, ocorrendo renegociações quando acordado entre as partes. Os direitos creditórios são adquiridos com os recursos líquidos captados através da emissão de debentures.

O grupo de receita diferida registra valores de receita a incorrer conforme o princípio contábil da competência. São receitas de securitização, onde a diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o valor a ser recebido (deságio) é reconhecida pelo princípio da competência, onde é reconhecida mensalmente o valor do deságio proporcional ao período incorrido, ou seja, somente aos juros de fato devido. Caso a operação seja quitada antes do período acordado, os juros proporcionais ao período não utilizado, não será reconhecido no resultado.

Na empresa do grupo Legacy, a Companhia adquire títulos em sua grande maioria já inadimplidos, e registra seu custo de aquisição inicial já líquido da perda esperada. Isso ocorre pois a natureza dos recebíveis da Companhia está relacionada a compra de direitos creditórios já inadimplidos e que foram registrados por valor inferior ao de face do título.

Conforme CPC 48 considera-se que o ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação de crédito, no reconhecimento inicial, o risco de crédito é elevado, e no caso de compra é adquirido com desconto. Neste caso exige-se que a entidade inclua as perdas de crédito esperadas iniciais, nos fluxos de caixa estimados, ao calcular a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros considerados como comprados com problemas de recuperação de crédito no reconhecimento inicial.

Adicionalmente, em cada data de balanço, a entidade reavalia o valor da alteração das perdas de crédito esperadas, e se aplicável reconhece um ganho ou perda na redução ao valor recuperável no resultado. Conforme CPC 48 a entidade deve reconhecer alterações favoráveis nas perdas de crédito esperadas como ganho na redução ao valor recuperável, mesmo se as perdas de crédito esperadas forem inferiores ao valor das perdas de crédito esperadas incluídas nos fluxos de caixa estimados no reconhecimento inicial.

3.4 Provisão para perdas esperadas

Por conta da característica dos Direitos creditórios a receber que são adquiridos pelos cedentes, a Administração avaliou que os mesmos não possuem componente de financiamento, e, portanto, a abordagem simplificada para o cálculo da provisão para perdas esperadas, de acordo com o CPC 48, poderia ser implementada. Isto posto, a Companhia constitui a uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para títulos que apresentarem inadimplência acima de um dia, sendo utilizado um percentual para cada faixa de atraso, baseado na rolagem das operações com um período de observação de 1 ano.

Para títulos inadimplentes acima de 181 dias, há uma conta redutora do ativo que registra as baixas contábeis por inadimplência. Desta forma os títulos continuam aberto analiticamente, sendo o grupo de direitos creditórios a receber no ativo reduzido e seu efeito registrado no resultado.

Na investida Legacy a perda não foi constituída na aquisição, porém temos uma política, seguindo o CPC 48, onde aplicamos as diretrizes anualmente para considerar o valor realizável líquido. (vide item 3.3)

3.5 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os recebíveis são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado a valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado a Valor justo por meio do resultado (“VJR”), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado, ao Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida, ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao valor justo contra resultado (“VJR”).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.
- Outros créditos são classificados na categoria de custo amortizado.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- Montante pelo qual o ativo financeiro ou o passivo financeiro é mensurado pelo valor de seu reconhecimento inicial, mais os juros acumulados com base no método da taxa efetiva de juros, menos as amortizações de principal, menos qualquer redução (direta ou por meio de conta de retificação) por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de recebimento.
- Todos os ativos financeiros não classificados como mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável, um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Caixa e equivalentes de caixa, direitos creditórios a receber e outros créditos são classificados na categoria de custo amortizado.

Passivos financeiros – Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Fornecedores e outras obrigações são classificados na categoria passivos financeiros ao custo amortizado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial, quando e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui instrumentos derivativos e não adota contabilização de hedge.

3.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

3.7 Tributos a recuperar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A Companhia deverá manter controles extra contábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

3.8 Debêntures

O Grupo, através da controlada One7 Securitizadora e da Legacy realiza a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, subordinada para distribuição privada, escrituradas através de instrumento particular e aprovado em assembleia geral.

Para o ano calendário 2023 a One7 Holding emitiu sua primeira debênture, com a opção de ser conversível em ações, através de cumprimento e condições contratuais, a debênture foi aprovada através de assembleia extraordinária. Por ser um instrumento financeiro composto, o grupo seguiu as diretrizes do CPC 39, IAS 32 AG31, para mensurar o componente de dívida e componente patrimonial.

Os valores captados possuem vencimentos em longo prazo, tendo até o momento 20 emissões de debêntures, e sendo remuneradas conforme taxas acordadas nos instrumentos. Os recursos obtidos pela Companhia serão utilizados para:

- O pagamento dos custos relacionados a aperfeiçoamento da presente emissão;
- Aquisição e transferência de direitos creditórios a serem adquiridos pela Companhia;
- Subscrição e integralização de debêntures emitidas por outras companhias que tem por objeto a securitização de créditos;

- Pagamento das despesas ligadas a realização passiva e ativa dos direitos creditórios supramencionados;

Pagamento dos tributos devidos pela emissora diretamente decorrentes da realização dos direitos creditórios.

3.9 Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia alterou a opção tributária de lucro presumido para lucro real para apuração de imposto, enquanto as controladas One7 Securitizadora, Legacy, One7 Consultoria, One7 Pagamentos, One7 Holding Financeira e a Rapadoo, seguem no regime de lucro real.

A base para apuração do pelo lucro real é inicialmente baseada pelo resultado contábil, ajustado pelas adições e exclusões temporárias e permanentes, gerando a base fiscal. Sobre esta, aplicam-se as alíquotas de 15% para imposto de renda, com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240 ao ano e 9% para a contribuição social.

No lucro presumido, a base para tributação é de 32% sobre a receita operacional bruta dos serviços prestados, adicionada das receitas financeiras e ganhos de capital auferidos no exercício. A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre a base de cálculo citada e acrescida do adicional de 10% sobre a mesma base que superar R\$ 60 ao trimestre ou R\$ 20 por mês. A provisão para contribuição social sobre o lucro presumido é calculada considerando a alíquota de 9% sobre a base de cálculo citada.

3.10 Impostos sobre a receita

A One7 Holding S.A (“Companhia”) tributa suas receitas baseada no regime cumulativo. Neste regime, as alíquotas de PIS e COFINS são de 0,65% e 3,00%, respectivamente, aplicadas sobre as receitas oriundas do faturamento. As receitas financeiras não são tributadas neste regime de apuração.

No regime não cumulativo, utilizado pelas controladas, as alíquotas de PIS e COFINS são de 1,65% e 7,60%, respectivamente, aplicadas sobre as receitas de taxa de gestão, oriundas da cobrança e sobre as receitas de consultoria financeira. As receitas financeiras são tributadas neste regime de apuração, as alíquotas de PIS e COFINS são de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

No caso das securitizadoras há uma regra fiscal diferenciada, adotada a partir de 03/08/2022, conforme lei 14.430/22, conhecida como marco legal da securitização. Através dela a controladas Legacy e One7 Securitizadora passaram a ser obrigadas ao lucro real, bem como tiveram sua apuração de PIS e COFINS alteradas para o regime cumulativo com alíquotas de diferenciadas de PIS e COFINS de 0,65% e 4,00%, respectivamente, deixando inclusive de tributar suas receitas financeiras.

As alíquotas de ISS incidem sobre as receitas de gestão de carteira de fundos, bem como prestação de serviços de consultoria, cujo representa o objeto social de uma das controladas, bem como sobre receitas com serviços da One7 Securitizadora, que cobra tarifas sendo uma receita tributável em 5% para o ISS. Portanto, as alíquotas aplicadas sobre tais receitas, são de 2% para o serviço de gestão de carteira de fundos e 5% para os serviços de consultoria, de acordo com legislação do município de São Paulo, sede local da Companhia e suas controladas.

Os valores devidos a título de PIS, COFINS e ISS são contabilizados como despesas de impostos sobre faturamento, conforme evidenciado em Nota Explicativa nº 21,.

3.11 Redução ao valor recuperável (Impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo são revisados a cada data de balanço para determinar se há sinal de perda em relação ao valor de recuperação (*impairment*). Caso exista a referida indicação, estima-se o valor a recuperar do ativo. Reconhece-se a perda no valor de recuperação (*impairment*), caso o valor contábil do ativo seja superior ao seu valor recuperável.

O julgamento da Administração é de que não houve evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável em 31 de dezembro de 2024 e 2023, portanto, não houve indício de *impairment*.

Em 2023 e 2024 adotamos a política de realizar anualmente teste de impairment a carteira da empresa do grupo Legacy, adotando como referência tempo estimado de recebimento e valor de mercado.

3.12 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

O grupo de outros ativos são demonstrados pelos valores de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes de realização. O grupo de outros passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Todos os demais passivos foram classificados como não circulantes.

3.13 Receita operacional

As receitas operacionais das controladas estão substancialmente representadas por receitas de securitização de créditos, exercidas pelas One7 Securitizadora e Legacy seguida de prestação de serviços de consultoria, análise de crédito e cobrança, exercida pela One7 Consultoria.

(i) Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Para validação do reconhecimento de receita, alinhado ao CPC 47, a Companhia condiciona primeiramente o reconhecimento da receita à existência de um contrato ou um acordo entre as partes, que deverão seguir algumas condições, uma vez que tal instrumento cria direitos e obrigações.

Caso haja um contrato a Companhia irá avaliar e identificar obrigações de desempenho nos contratos, que são quão obrigações contratuais na prestação de serviços.

Em seguida é determinado o preço da prestação de serviço, que deverá estar previsto no contrato, e que pode ser composto por outras variáveis como desconto por exemplo.

Após a determinação de preço do serviço prestado, a companhia realiza a alocação do mesmo as diferentes obrigações de desempenho previstas no contrato.

Por fim após os passos acima elencados, a entidade reconhece a receita quando as obrigações de desempenho são satisfeitas e assim o serviço é prestado.

(ii) Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

(iii) Receita de securitização

O spread da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o valor a ser recebido. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no spread realizado.

Desta forma a receita com o deságio é reconhecida pelo princípio da competência, onde é reconhecida mensalmente o valor do deságio proporcional ao período incorrido, ou seja, somente aos juros de fato devido. Caso a operação seja quitada antes do período acordado, os juros proporcionais ao período não utilizado, não será reconhecido no resultado.

3.14 Passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões para riscos – são avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes – são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

3.15 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido

de depreciação acumulada e provisões para redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Periodicamente, a Companhia avalia os itens do seu ativo imobilizado, realizando baixa dos itens obsoletos, danificados ou quando estes não geram mais benefício econômico futuro.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos nas rubricas de “Outras despesas” ou “Outras receitas” no resultado.

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios econômicos futuros associados a esses gastos fluirão para a Companhia e que seus custos possam ser medidos de forma confiável. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual, exceto pela conta de marcas e patentes que são adquiridas separadamente e são demonstradas pelo custo histórico e não são amortizadas ao longo do tempo.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas anuais de depreciação são: equipamentos de telefonia, máquinas e equipamentos, aparelhos de refrigeração, instalações, sistemas de segurança e móveis e utensílios (10%) e computadores e periféricos (20%). As benfeitorias em imóvel de terceiro são amortizadas pelo prazo de vigência do contrato de aluguel (dez anos), a uma taxa anual de 10%. Os veículos são amortizados a uma taxa de 20% ao ano.

3.16 Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de

arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial.

Em 2022 renovou contratos de aluguéis e em linha com o CPC 06 reconheceu direitos de uso referentes a esses bens, devido a prazo de locação, bem como por possuir controle substancial do bem arrendado.

3.17 Imposto Diferido

O Grupo passou a constituir ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais, conforme CPC 32 na Companhia One7 Securitizadora. Devido a seu regime tributário da Companhia One7 Securitizadora que é o lucro real e com base no plano de negócios da companhia que prevê resultados positivos, a Companhia passou a registrar o ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL que serão compensados com impostos a recolher decorrentes dos lucros futuros. As alíquotas aplicadas são de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

3.18 Novas políticas contábeis

A adoção antecipada de normas, não é permitida no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As seguintes novas normas e interpretações foram emitidas pelo IASB:

(a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis:

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.

- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração do fluxo de caixa operacionais pelo método indireto.

- (b) Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
- (c) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

A administração não espera que a adoção de novas normas, alterações e interpretações vigentes para os próximos exercícios impactem de forma material as suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de caixa e equivalentes de caixa está assim composto:

| | <u>Individual</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|-------------------------------------|-----------------------|-------------------------|--------------------------|--------------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Caixa | 745 | 745 | 3.053 | 2.752 |
| Conta corrente | 1 | 1 | 6.946.718 | 2.839.280 |
| Aplicação financeira automática (i) | <u>441.037</u> | <u>5.117.115</u> | <u>6.858.460</u> | <u>17.444.437</u> |
| Total | <u>441.783</u> | <u>5.117.861</u> | <u>13.808.231</u> | <u>20.286.469</u> |

- (i) Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 as aplicações financeiras estão representadas substancialmente por CDB, com remuneração pós fixada de 5,00% aplicados e Fundos de Investimentos junto aos bancos Bradesco, Itaú e Sofisa. Os respectivos vencimentos são em dezembro de 2025 para CDB e com liquidez imediata para Fundos de investimentos. As aplicações são diárias e podem ser resgatadas a qualquer momento, sem nenhum tipo de penalidade.

5 Direitos creditórios a receber

O saldo de Direitos Creditórios a receber é composto por direitos de créditos adquiridos de empresas originadoras dos segmentos industriais, comerciais e da prestação de serviços com a aquisição substancial dos riscos, motivo pelo qual foi constituída a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Os valores são escriturados pelo a valor presente, ou seja, pelo custo amortizado sendo ajustados a valor presente pelo método de taxa efetiva de juros dos Direitos Creditórios a receber.

A Controlada não estão substancialmente expostas à variação do fluxo de caixa esperado associado ao direito creditório quando o cedente ou parte relacionada, em relação à operação de cessão, assumir obrigação não formalizada ou quando garantir, por qualquer outra forma, compensar as perdas de crédito associadas ao direito creditório objeto da operação.

- (i) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a Securitizadora adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.
- (ii) Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando a Securitizadora não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administração e deverá ser estabelecida utilizando-se como metodologia, preferencialmente, o disposto na escritura de emissão de debêntures, associado aos direitos creditórios objeto da operação.

- (a) Posição sintética de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|--------------------|--------------------|
| Direitos creditórios a receber | 193.540.598 | 137.867.204 |
| Provisão devedores duvidosos | (1.598.523) | (1.213.870) |
| Créditos considerados incobráveis (*) | (36.502.971) | (29.921.439) |
| (-) Juros a apropriar | (11.168.490) | (3.744.020) |
| Total de Direitos creditórios a receber | 144.270.614 | 102.987.874 |

- (*) Esta linha é composta por valores das empresas Legacy, One7 Securitizadora. Para títulos inadimplentes acima de 181 dias na controlada One7 Securitizadora, há uma conta redutora do ativo que registra as baixas contábeis por inadimplência. A Legacy é composta por títulos adquiridos ao valor abaixo de face, e já são registrados com a possibilidade de perda, seguindo as premissas do CPC 48 é revisto anualmente os valores e a possibilidade de perda esperada.

- (b) Posição analítica de direitos creditórios relativa as operações sem aquisição substancial de riscos estão representadas por:

| Período em dias | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------|--------------------|--------------------|
| A vencer | 136.476.659 | 80.778.283 |
| Vencidos Até 30 dias | 4.239.741 | 9.179.471 |
| Vencidos 31 a 60 dias | 719.209 | 1.638.853 |
| Vencidos 61 a 90 dias | 685.440 | 1.273.997 |
| Vencidos 91 a 120 dias | 671.540 | 870.735 |
| Vencidos 121 a 150 dias | 940.022 | 758.347 |
| Vencidos 151 a 180 dias | 1.216.858 | 747.652 |
| Vencidos 181 a 360 dias | 4.454.702 | 3.893.138 |
| Vencidos Acima 361 dias | 44.136.427 | 38.726.729 |
| Total | 193.540.598 | 137.867.205 |

A rubrica “Juros a apropriar” refere-se a saldo de receitas futuras a ser reconhecida no resultado nos próximos exercícios de acordo com o princípio contábil da competência, conforme notas 6.9 e 6.10.

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--------------------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Receita de Securitização | <u>11.168.490</u> | <u>3.744.020</u> |
| Total de juros a apropriar | 11.168.490 | 3.744.020 |
| Vencimentos | Valor | Valor |
| Receita Diferida até 30 dias | 2.899.482 | 1.128.782 |
| Receita Diferida de 31 até 60 dias | 2.577.479 | 519.844 |
| Receita Diferida de 61 até 90 dias | 881.660 | 349.282 |
| Receita Diferida de 91 até 120 dias | 851.470 | 240.512 |
| Receita Diferida de 121 até 150 dias | 794.023 | 211.067 |
| Receita Diferida de 151 até 180 dias | 705.072 | 179.136 |
| Receita Diferida de 181 até 360 dias | <u>1.861.298</u> | <u>703.257</u> |
| Receita Diferida acima de 361 dias | <u>598.006</u> | <u>412.140</u> |
| Total Geral | <u>11.168.490</u> | <u>3.744.020</u> |

6 Tributos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de impostos a recuperar estava assim composto:

| | <u>Individual</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|-------------------|-----------------------|---------------------|-------------------------|-------------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Circulante | | | | |
| IRRF | 126.694 | 1.465 | 139.365 | 849.092 |
| IRPJ | - | - | 28.544 | 349.432 |
| CSLL | - | - | 41.343 | 37.596 |
| PIS | - | - | 383.577 | 3.002 |
| COFINS | - | - | 1.085.659 | 13.278 |
| ISS | - | - | <u>383</u> | <u>912</u> |
| Total | <u>126.694</u> | <u>1.465</u> | <u>1.730.018</u> | <u>1.253.312</u> |

7 Mútuos a receber

A conta de mútuos a receber no Ativo Circulante, é composta pelo seguinte saldo:

| | <u>Individual</u> | <u>Consolidado</u> |
|----------------------|-----------------------|-----------------------|
| | 2024 | 2023 |
| Mútuos a receber (i) | <u>751.796</u> | <u>649.476</u> |
| Total | <u>751.796</u> | <u>649.476</u> |

- (i) O mútuo realizado foi disponibilizado em 4 parcelas sendo remunerado com uma taxa de IPCA mais 1% ao mês, podendo ser convertido em cotas de capital realizado com a Wedclub Eventos e Negócios Sociedade Unipessoal Ltda, com vencimento em 60 meses, mas podendo ser quitado antecipadamente.

8 Debêntures a receber

A conta de debêntures, são valores aplicados e está composta pelos seguintes saldos:

| | Individual | | Consolidado | |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|-------------|----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Circulante | | | | |
| Debênture E1 S4 | - | - | - | 378.969 |
| (-) Provisão perda E1 S4 | - | - | - | (158.387) |
| Debênture partes relacionadas | 35.096.271 | 35.096.271 | - | - |
| Outros valores (**) | - | - | - | 40.108 |
| Total | 35.096.271 | 35.096.271 | - | 269.689 |

9 Adiantamento para futuro aumento de capital

O AFAC foi integralizado no decorrer de 2024, ficando apresentado da seguinte forma em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

| Descrição | Individual | Individual |
|-------------------|------------|----------------|
| | 2024 | 2023 |
| AFAC Rapido | - | 287.000 |
| Total AFAC | - | 287.000 |

(*) O saldo da conta de adiantamento para futuro aumento de capital refere-se a valores aportados pela companhia na controlada Rapido com o intuito de aumentar o capital social futuramente. A integralização ocorreu em 2024, através de alteração de contrato social.

10 Outros créditos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de outros créditos no ativo circulante estava assim composto:

| | Individual | | Consolidado | |
|------------------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Circulante | | | | |
| Despesas antecipadas (**) | - | - | 51.296 | 49.351 |
| Adiantamento de férias | - | - | 43.857 | 52.301 |
| Créditos a receber de clientes (*) | - | - | 174.797 | 179.187 |
| Valores a receber (***) | - | - | 154.311 | 8.207 |
| Adiantamento a fornecedores | - | - | 61.479 | 101.701 |
| Outros créditos | 2.598 | 2.598 | 17.598 | 49.185 |
| | 2.598 | 2.598 | 17.598 | 49.185 |

| | | | | |
|---------------------------|-------------------|--------------|--------------------|----------------|
| Total | 2.598 | 2.598 | 503.338 | 439.933 |
| | Individual | | Consolidado | |
| Não circulante | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Depósito em garantia (**) | - | - | 30.000 | 30.000 |
| Valores a Repassar (***) | - | - | 166.641 | 166.641 |
| Total | - | - | 196.641 | 196.641 |

- (*) O saldo da conta de valores de clientes a receber refere-se em sua grande maioria de títulos descontados.
- (**) O saldo da conta de despesas antecipadas está substancialmente composto por seguros a apropriar e por serviços pago que possuem vigência de 12 meses ou mais. No não circulante o valor refere-se ao depósito em garantia para a locação existente.
- (***) O aumento significativo deve-se a um terreno que estava no ativo e foi vendido em dezembro/2024, esse valor já foi baixado em janeiro/2025. Esse valor refere-se a uma conta corrente relacionada em contrapartida com a nota 18, esse valor foi baixado em março/2025.

11 Outros valores

A rubrica de outros valores é substancialmente composta por bens recebidos por dação em pagamento de direitos creditórios inadimplentes conta de outros créditos, é composta pelos seguintes saldos:

| | | |
|---------------------------------|-------------------|-------------------|
| Não circulante | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Propriedades – Em andamento (*) | 1.092.489 | 1.006.288 |
| Propriedades – A venda (**) | 1.776.106 | 240.000 |
| Total de Outros valores | 2.868.595 | 1.246.288 |

- (*) Valor se refere a apartamentos em construção recebidos em pagamentos por direitos creditórios, conforme contrato, e que aguardam a conclusão das obras para serem vendidos.
- (**) O terreno que em 2023 estava em estoque foi vendido pelo valor de 150.000. Em outubro de 2024 foi adquirido um apartamento em dação de pagamento de direitos creditórios em atraso.

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia passou a constituir ativo fiscal diferido sobre os prejuízos fiscais, conforme CPC 32. A Companhia passou a registrar o ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL para serem compensados com impostos a recolher decorrentes dos lucros futuros. A Companhia passou a compensar o ativo fiscal diferido de IRPJ e CSLL que estão sendo compensados com impostos a recolher decorrentes dos lucros. As alíquotas aplicadas são de 25% para IRPJ e 9% para CSLL.

Os saldos do Imposto de Renda e da Contribuição Social diferidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 estão assim demonstradas:

| | |
|-----------------------|---------------------|
| Prejuízo fiscal 2022: | (59.297.674) |
|-----------------------|---------------------|

| | | | |
|------------------------------------|--|--|---------------------|
| (+) | Imposto de renda diferido (25%) | | 14.824.418 |
| | (+) Contribuição social diferida | | 5.336.791 |
| Saldo de impostos diferidos | | | |
| | Imposto de renda e contribuição social | | 25.193.610 |
| Prejuízo fiscal 2023: | | | (13.938.806) |
| | (+) Imposto de renda diferido (25%) | | 4.140.726 |
| | (+) Contribuição social diferida | | 1.490.661 |
| Saldo de impostos diferidos | | | |
| | Imposto de renda e contribuição social | | 5.631.387 |
| Saldo de impostos diferidos | | | |
| | Imposto de renda e contribuição social | | 30.824.997 |
| Lucro fiscal 2024: | | | 16.171.174 |
| | (+) Imposto de renda diferido (25%) | | 1.877.679 |
| | (+) Contribuição social diferida | | 675.965 |
| Saldo de impostos diferidos | | | |
| | Imposto de renda e contribuição social | | 2.553.644 |
| Saldo de impostos diferidos | | | |
| | Imposto de renda e contribuição social | | 28.271.353 |

13 Investimento em cotas de fundo

Em Janeiro de 2023 a empresa One7 Securitizadora de créditos adquiriu cotas do Fundo de Investimento One7+Creditos, o fundo foi amortizado em setembro de 2024.

Em dezembro de 2024 a FIDC cota fechou no valor de R\$ 29.634 (R\$ 19.810 em 2023), sendo assim representada.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Cota FIDC | | |
| Investimento | 49.836.814 | 49.836.814 |
| Rendimento | 40.549.256 | 10.584.918 |
| Total Cota | 90.386.070 | 60.421.732 |

14 Investimento em participações

Conforme descrito na Nota explicativa nº: 1.1, em 31 de dezembro de 2023 a One7 Holding S.A. possui 100% de participação em cada controlada, tendo a One7 Securitizadora, Legacy, One7 Consultoria e One7 Pagamentos transferida suas cotas em 06 de dezembro de 2022. A One7 Holding Financeira já foi constituída em 2021 sendo 100% da Companhia, bem como a Rapidoo foi adquirida em 2020. A movimentação dos investimentos está demonstrada a seguir:

No quadro abaixo demonstram as empresas investidas do Grupo. As movimentações refletem os saldos de investimento referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. Na linha de resultado refletem também os resultados de 31 de dezembro de 2024 e 2023, que são os resultados de equivalência patrimonial.

One7 Holding S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

| Investimentos | One7 Securitizadora | | One7 Consultoria | | Legacy | | One7 Pagamentos | | One7 Financeira | | Rápido | |
|--|---------------------|--------------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------|------------------|------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Ativo | 290.376.954 | 226.443.800 | 3.071.419 | 189.755 | 13.734.614 | 14.335.441 | 8.371 | 3.744 | 17.013 | 15.668 | 19.165 | 28.933 |
| Passivo | 281.032.883 | 226.050.725 | 8.566.149 | 5.956.793 | 15.844.551 | 14.367.614 | 426.061 | 358.106 | 129.246 | 75.063 | 626.197 | 837.165 |
| Patrimônio líquido | 9.364.071 | 393.075 | (5.494.730) | (5.767.038) | (2.109.937) | (32.173) | (417.690) | (354.362) | (112.233) | (59.395) | (607.032) | (808.232) |
| Resultado do exercício | 8.970.995 | (6.804.425) | 272.308 | (3.434.694) | (2.077.764) | (1.614.814) | (63.328) | (71.841) | (52.838) | (42.017) | (85.800) | (166.267) |
| % de participação | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% |
| Investimento | 9.364.071 | 393.075 | - | - | (2.109.937) | (32.173) | (417.690) | (354.362) | (112.233) | (59.395) | (607.032) | (808.232) |
| Passivo a descoberto sobre investimento | - | - | -5.494.730 | (5.767.038) | (2.077.764) | (1.614.814) | (63.328) | (71.841) | (52.838) | (42.017) | (85.800) | (166.267) |
| Equivalência patrimonial | 8.970.995 | (6.804.425) | 272.308 | (3.434.694) | (2.077.764) | (1.614.814) | (63.328) | (71.841) | (52.838) | (42.017) | (85.800) | (166.267) |
| | Total 2024 | Total 2023 | | | | | | | | | | |
| | 9.364.071 | 393.075 | | | | | | | | | | |
| | 8.741.623 | 6.989.028 | | | | | | | | | | |
| | 6.963.574 | 12.136.336 | | | | | | | | | | |

15 Imobilizado

A movimentação do imobilizado para o período findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está assim representada:

| | Custo | | Depreciação/Amortização Acumulada | | Líquido | |
|--------------------------------|------------------|------------------|-----------------------------------|--------------------|------------------|------------------|
| | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 | 2024 |
| Móveis e utensílios | 282.687 | 294.074 | (106.964) | (135.428) | 175.723 | 158.646 |
| Equipamentos de tecnologia | 415.272 | 415.272 | (248.556) | (324.969) | 166.716 | 90.303 |
| Máquinas e equipamentos | 233.197 | 235.346 | (107.396) | (130.938) | 125.801 | 104.408 |
| Instalações | 3.700 | 5.466 | (1.480) | (1.849) | 2.220 | 3.617 |
| Veículos | 130.000 | 301.000 | (33.884) | (64.051) | 96.116 | 236.949 |
| Benefitórias imóveis terceiros | 2.034.647 | 2.034.647 | (834.783) | (1.056.643) | 1.199.864 | 978.004 |
| Total | 3.099.503 | 3.285.805 | (1.333.063) | (1.713.878) | 1.766.440 | 1.571.927 |

Consolidado

| | Custo | | Depreciação/Amortização Acumulada | | Líquido | |
|--------------------------------|-------------------|------------------|-----------------------------------|--------------------|------------------|------------------|
| | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 | 2022 | 2023 |
| Móveis e utensílios | 281.067 | 282.687 | (79.253) | (106.964) | 201.814 | 175.723 |
| Equipamentos de tecnologia | 410.242 | 415.272 | (166.421) | (248.556) | 243.821 | 166.716 |
| Máquinas e equipamentos | 232.002 | 232.197 | (84.137) | (107.396) | 147.864 | 125.801 |
| Instalações | 3.700 | 3.700 | (1.110) | (1.480) | 2.590 | 2.220 |
| Veículos | 53.000 | 130.000 | (19.434) | (33.884) | 33.566 | 96.116 |
| Benefitórias imóveis terceiros | 1.797.909 | 2.034.647 | (614.069) | (834.783) | 1.183.840 | 1.199.864 |
| Imobilizado em andamento | 143.602 | - | - | - | 143.602 | - |
| Total | 2.9121.522 | 3.099.503 | (964.424) | (1.333.063) | 1.957.097 | 1.766.440 |

(*) Refere-se a taxa anual de depreciação

16 Direitos de uso

A Companhia possui contratos de locação, que se enquadram nos casos previstos no CPC 06 – Arrendamento, desta forma passou a aplicar a referida norma em suas demonstrações financeira no exercício de 31 de dezembro de 2024.

Consolidado

a. Ativo de direito de uso

A composição e movimentação do direito de uso está demonstrada a seguir:

| Ativo - direito de uso | 2023 | Adições/Baixas | 2024 |
|----------------------------|----------------|-----------------|----------------|
| Custo direito de uso (b) | 1.349.282 | 250.858 | 1.600.140 |
| Depreciação direito de uso | (437.552) | (306.766) | (744.318) |
| Saldo final | 911.730 | (55.908) | 855.822 |

| Ativo - direito de uso | 2022 | Adições/Baixas | 2023 |
|----------------------------|------------------|------------------|----------------|
| Custo direito de uso (b) | 1.349.282 | - | 1.349.282 |
| Depreciação direito de uso | (139.105) | (298.447) | (437.552) |
| Saldo final | 1.210.176 | (298.447) | 911.730 |

b. Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os passivos de arrendamento mercantil são demonstrados a seguir:

| Passivo - arrendamento a pagar | 2023 | Adições/Baixas | 2024 |
|---------------------------------|------------------|-----------------|----------------|
| Adições ao custo pela renovação | 1.349.282 | 250.858 | 1.600.140 |
| (-) Pagamentos | (635.950) | (438.311) | (1.074.260) |
| Apropriação de juros (a) | 301.912 | 168.788 | 470.700 |
| Saldo final | 1.015.244 | (18.664) | 996.580 |

| | | | |
|-----------------------|----------------|---|----------------|
| Circulante | 279.627 | - | 486.947 |
| Não circulante | 735.617 | - | 509.633 |

| Passivo - arrendamento a pagar | 2022 | Adições/Baixas | 2023 |
|---------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Adições ao custo pela renovação | 1.349.282 | - | 1.349.282 |
| (-) Pagamentos | (203.985) | (431.965) | (635.950) |
| Apropriação de juros (a) | 107.713 | 194.199 | 301.912 |
| Saldo final | 1.253.010 | (237.766) | 1.015.244 |

| | | | |
|-----------------------|------------------|---|----------------|
| Circulante | 237.796 | - | 279.627 |
| Não circulante | 1.015.214 | - | 735.617 |

- (a) Juros são contabilizados no resultado na rubrica de “Despesas financeiras”; é utilizada taxa de desconto única, considerando a taxa média de captação de recursos da Companhia.
- (b) A rubrica é composta por dois imóveis locados, sendo um a matriz em Tatuí/SP com vencimento em outubro de 2028, e o outro em São Paulo/SP com vencimento em agosto de 2026.

17 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de fornecedores está composto da seguinte forma:

| Descrição | Individual | | Consolidado | |
|---------------------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Fornecedores (*) | 10.031 | 21.235 | 45.181 | 233.455 |
| Total Fornecedores | 10.031 | 21.235 | 45.181 | 233.455 |

(*) Valores se referem a maioria em prestações de serviço, entre eles assessoria jurídica e auditoria.

18 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de obrigações a pagar está composto da seguinte forma:

| Descrição | Individual | | Consolidado | |
|------------------------------------|---------------|---------------|------------------|------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Conta pendência de clientes (*) | - | - | 1.159.189 | 1.925.107 |
| Valores a repassar (**) | - | - | 166.637 | 166.637 |
| Provisão auditoria | 38.564 | 14.481 | 428.484 | 142.741 |
| Provisão contingência | - | - | 250.007 | - |
| Provisão comissão PJ | - | - | 593.825 | 602.384 |
| Provisão bônus PJ | - | - | 744.401 | - |
| Outras contas a pagar | - | - | 584.489 | 301.132 |
| Total outras contas a pagar | 38.564 | 14.481 | 3.927.032 | 3.138.000 |

(*) Valor se refere substancialmente a valores recebidos de clientes decorrente de renegociações em andamento, mas ainda não finalizadas.

(**) Valor se refere a repasse de cobrança para o cliente, o Grupo apenas emite o boleto, e se o valor for recebido é repassado ao cliente, caso contrário não. Por esse serviço o Grupo obtém receita com serviços.

19 Obrigações tributárias

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de obrigações trabalhistas está composto da seguinte forma:

| Descrição | Individual | | Consolidado | |
|-------------------------------------|------------|--------------|------------------|----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| ISS a recolher | - | - | 48.578 | 34.565 |
| IRPJ a recolher | - | - | 676.104 | - |
| CSLL a recolher | - | 1.716 | 246.953 | 1.716 |
| IRRF a recolher | 117 | 270 | 125.446 | 109.276 |
| CSLL, COFINS e PIS retidos | 363 | 836 | 15.040 | 19.297 |
| IOF a recolher | - | - | - | 1.147 |
| PIS a recolher | 38 | - | 28.713 | 23.668 |
| COFINS a recolher | 300 | - | 150.892 | 118.408 |
| Total obrigações tributárias | 818 | 2.822 | 1.291.728 | 308.077 |

20 Obrigações trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o saldo de obrigações trabalhistas está composto da seguinte forma:

| Descrição | Consolidado | |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| | 2024 | 2023 |
| INSS a recolher | 187.519 | 168.944 |
| FGTS a recolher | 62.961 | 55.290 |
| Provisão para férias | 706.517 | 641.765 |
| Provisão INSS férias | 185.413 | 171.267 |
| Provisão FGTS férias | 55.294 | 51.167 |
| Provisão bônus | 1.479.860 | - |
| Total Obrigações Trabalhista | 2.677.564 | 1.088.433 |

21 Mútuos a pagar

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os saldos de mútuos a pagar estão compostos da seguinte forma:

| Descrição | Individual | | Consolidado | |
|----------------------------------|----------------|------------------|-------------|----------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Legacy (*) | 334.577 | 463.561 | - | - |
| One7 Securitizadora (*) | 178.758 | 4.678.758 | - | - |
| Total Empréstimos a pagar | 513.335 | 5.142.319 | - | - |

(*) Estes contratos de mútuo não possuem onerosidade, sendo previsto apenas a devolução do montante cedido, sem correção monetária, o contrato possuía vencimento em dezembro de 2023, mas foram renovados até 2026.

22 Debêntures

Aos oito dias do mês de março de 2019, a Companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 1ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 50.000 (cinquenta mil) debêntures simples, no montante de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 100 (cem reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração de 150% CDI.

Aos oito dias do mês de março de 2019, a Companhia realizou assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 2ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 800 (oitocentas) debêntures simples, no montante de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração de 330% CDI.

Aos oito dias do mês de março de 2019, a Companhia realizou a assembleia geral extraordinária deliberando e aprovando a 3ª emissão privada de debêntures simples em três séries, sendo que cada série terá a emissão de 8.000 (oito mil) debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$ 5.000 (cinco mil reais) cada, perfazendo o montante de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais) por série, R\$ 120.000.000 (cento e vinte milhões de reais) no total, com vencimento em

março/2029 e remuneração de 130% CDI para a 1ª Série, 135% CDI para a 2ª Série e 140% do CDI para a 3ª Série.

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de 2019, a Companhia realizou a assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 4ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 350 (trezentas e cinquenta) debêntures simples, no montante de R\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 100.000 (cem mil reais) cada, com vencimento em agosto/2024 e remuneração de 200% CDI.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 6ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 90 (noventa) debêntures simples, no montante de R\$ 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), com valor nominal unitário de R\$ 50.000 (vinte e cinco mil reais) cada com vencimento em março/2029 e remuneração de 330% CDI.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 7ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 90 (noventa) debêntures simples, no montante de R\$ 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), com valor nominal unitário de R\$ 50.000 (vinte e cinco mil reais) cada, com vencimento em setembro/2028 e remuneração de IPCA + 5%.

Aos dez dias do mês de outubro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 8ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 110 (cento e dez) debêntures simples, no montante de R\$ 55.000.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), com valor nominal unitário de R\$ 500.000 (quinhentos mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração de 13,89% a.a.

Aos três dias do mês de dezembro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 9ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 200 (duzentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração de 13,89% a.a.

Aos três dias do mês de dezembro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 10ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.500 (mil e quinhentos) debêntures simples, no montante de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em setembro/2025 e remuneração de IPCA + 7,5%.

Aos dez dias do mês de dezembro de 2020, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 11ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 50 (cinquenta) debêntures simples, no montante de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 25.000 (cem mil reais) cada, com vencimento em outubro/2024 e remuneração de CDI + 3%.

Aos dezoito dias do mês de janeiro de 2021, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 12ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.200 (um mil e duzentas) debêntures simples, no montante de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 25.000 (vinte e cinco mil reais) cada, com vencimento em junho/2028 e remuneração de 13,35% a.a.

Aos treze dias do mês de agosto de 2021, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 13ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 700 (setecentas) debêntures simples, no montante de R\$ 7.000.000 (sete milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada, com vencimento em junho/2024 e remuneração de IPCA + 6,5%.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 14ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.500 (mil e quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 7.000.000 (sete milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em janeiro/2029 e remuneração de 125% CDI.

Aos sete dias do mês de março de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 15ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 1.500 (mil e quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 30.000.000 (trinta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração de IPCA + 6,5%.

Aos dez dias do mês de maio de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 16ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 500 (mil e quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em maio/2029 e remuneração de 115% CDI.

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro de 2022, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 17ª emissão privada de debêntures simples nove séries, sendo a 1ª Série com 38 debêntures, a 2ª Série com 38 debêntures, a 3ª Série com debêntures, a 4ª Série com 38 debêntures, a 5ª Série com 38 debêntures, a 6ª Série com 40 debêntures, a 7ª Série com 40 debêntures, a 8ª Série com 40 debêntures e a 9ª Série com 40 debêntures, totalizando 350 (trezentas e cinquenta) debêntures simples, no montante de R\$ 35.000.000 (trinta e cinco milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 100.000 (cem mil reais) cada, com vencimento em fevereiro/2026 e remuneração de CDI + 3,8%.

Aos trinta e um dias do mês de janeiro de 2023, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 18ª emissão privada de debêntures simples em duas séries, sendo a 1ª Série com 100.000 (cem mil) e a 2ª Série com 39.999 (trinta e nove mil novecentas e noventa e nove) debentures simples, conversíveis em ações, no montante de R\$ 40.000.000 (quarenta milhões de reais), com valor nominal unitário da 1ª Série de R\$ 0,01 (um centavo de real) cada e da 2ª Série de R\$ 1.000 (um mil reais) cada, com vencimento em janeiro/2028 e remuneração de IPCA + 10%.

Aos catorze dias do mês de junho de 2023, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 19ª emissão privada de debêntures simples em série única, sendo 500 (quinhentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 20.000 (vinte mil reais) cada, com vencimento em junho/2028 e remuneração de 14,5% a.a.

Aos quatro dias do mês de setembro de 2023, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 20ª emissão privada de debêntures simples em série

única, sendo 200 (duzentas) debêntures simples, no montante de R\$ 10.000.000 (dez milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 50.000 (cinquenta mil reais) cada, com vencimento em março/2029 e remuneração IPCA + 10%.

Aos vinte e sete dias do mês de setembro de 2024, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 21ª emissão privada de debêntures simples, com garantia real, em cinco séries, sendo a 1ª Série com 1.000 (mil), a 2ª Série com 1.000 (mil), a 3ª Série com 1.000 (mil), a 4ª Série com 1.000 (mil) e a 5ª Série com 1.000 (mil) debentures simples, no montante de R\$ 50.000.000 (cinquenta milhões de reais), com valor nominal unitário da 1ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, da 2ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, da 3ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, da 4ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada e da 5ª Série de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) cada, com vencimento em maio/2025 para a 1ª Série, junho/2025 para a 2ª Série, julho/2025 para a 3ª Série, agosto/2025 para a 4ª Série e setembro/2025 para a 5ª Série e com remuneração de CDI +4%.

Aos dezessete dias do mês de janeiro de 2023, a Companhia realizou uma assembleia geral extraordinária que deliberou e aprovou a 1ª emissão privada de debêntures conversíveis em ações, com garantia real, com garantia fidejussória, em série única, sendo 60.000 (sessenta mil) debêntures conversíveis em ações, com garantia real, com garantia fidejussória, no montante de R\$ 60.000.000 (sessenta milhões de reais), com valor nominal unitário de R\$ 1.000 (um mil reais) cada, com amortização mensal a partir de 08/2025, vencimento em 01/28 e remuneração de IPCA + 10%.

A rubrica Títulos e Valores Mobiliários - Debêntures da One7 Securitizadora de Créditos Comerciais S.A está composta pelos seguintes saldos:

Abertura das debêntures

Movimentação das debêntures

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|--------------------|--------------------|
| Debêntures - curto prazo | 36.104.206 | - |
| Juros sobre Debêntures – curto prazo | 12.957.435 | - |
| (-) Juros a apropriar | (240.628) | - |
| Debêntures – longo prazo | 197.875.953 | 203.433.159 |
| Juros sobre Debêntures – longo prazo | 78.743.263 | 58.127.995 |
| (-) Juros a apropriar | (5.775.068) | (8.054.240) |
| Total de Títulos e valores mobiliários | 319.665.161 | 253.506.914 |

Abertura das debêntures

| Descrição | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------|-------------|-------------|
| Debênture 1ª Emissão (*) | 67.105.159 | 67.103.159 |
| (-) Juros a apropriar | (6.015.696) | (8.054.240) |
| Remuneração 1ª Emissão | 18.829.359 | 8.341.312 |
| Debêntures 8ª Emissão | 55.000.000 | 55.000.000 |
| Remuneração 8ª Emissão | 51.005.786 | 36.901.977 |
| Debêntures 10ª Emissão | 6.020.000 | 6.420.000 |

| | | |
|---|--------------------|--------------------|
| Remuneração 10ª Emissão | 2.588.060 | 1.753.729 |
| Debêntures 12ª Emissão | 8.375.000 | 9.450.000 |
| Remuneração 12ª Emissão | 2.634.640 | 1.662.238 |
| Debêntures 14ª Emissão | 13.880.000 | 12.440.000 |
| Remuneração 14ª Emissão | 4.287.743 | 2.549.910 |
| Debêntures 15ª Emissão | - | 11.380.000 |
| Remuneração 15ª Emissão | - | 337.470 |
| Debêntures 16ª Emissão | 140.000 | 140.000 |
| Remuneração 16ª Emissão | 28.646 | 9.770 |
| Debêntures 17ª Emissão | 27.400.000 | 35.000.000 |
| Remuneração 17ª Emissão | 9.616.201 | 6.078.817 |
| Debêntures 19ª Emissão | 6.060.000 | 6.500.000 |
| Remuneração 19ª Emissão | 1.243.445 | 492.772 |
| Debênture 20ª Emissão | 50.000.000 | - |
| Remuneração 20ª Emissão | 1.466.818 | - |
| Total de Títulos e valores mobiliários | 319.665.161 | 253.506.914 |

Movimentação das debêntures

| Descrição | Valores |
|-------------------------|--------------------|
| Saldo 31/12/2022 | 253.418.310 |
| Resgate | (64.613.506) |
| Juros resgatados | (43.162.916) |
| Captação de recursos | 73.443.919 |
| Despesas de juros | 34.717.793 |
| Saldo 31/12/2023 | 253.506.914 |
| Resgate | (24.180.000) |
| Juros resgatados | (4.196.130) |
| Captação de recursos | 54.725.000 |
| Despesas de juros | 39.809.377 |
| Saldo 31/12/2024 | 319.665.161 |

(*) Em Janeiro de 2023 foi emitida a debênture a 1ª debênture da One7 Holding com a XP ASSET, a debênture tem possibilidade contratual de ser convertida em AFAC até a data de Agosto de 2025, após isso se não for convertida, inicia-se o processo de remuneração, conforme condições contratuais.

Por ser uma debênture nestas características aplicamos o CPC 39/ IAS 32, que orienta nesta situação a debênture trata-se de um instrumento financeiro híbrido e deve ter sua segregação entre instrumento de dívida e instrumento de patrimônio líquido, até a data da possível conversão em AFAC.

23 Passivo a descoberto

a. Capital Social

Em 31 de dezembro de 2022, o Capital Social subscrito e totalmente integralizado em moeda corrente nacional da One7 Holding S.A era de R\$ 260.000. Em 31 de Março de 2023 a XP Vista Asset Management Ltda passou a fazer parte do quadro de acionista, com o valor integralizado de R\$ 49.999.782 em moeda corrente, mediante a emissão de 43.933 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, todas pelo preço de R\$ 1.153.

Em decorrência desse evento o capital social da Companhia passou a ser de R\$ 50.259.782 representado por 303.333 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 25 de julho de 2023 os sócios Everaldo Moreira e João Paulo Boneder Fiuza adquiriram 15.166 ações da empresa One7 PartnerShip S.A. através de ações da One7 Holding S.A.

Desta forma em 31 de dezembro de 2024 o capital social se demonstra da seguinte forma:

| | Quantidade de cotas | Participação % |
|--------------------------|------------------------|-------------------|
| Cotista | | |
| Everaldo Moreira | 114.834 | 37,85% |
| João Paulo Boneder Fiuza | 114.834 | 37,85% |
| XP Asset Management Ltda | 43.333 | 14,30% |
| One7 Partnership S.A | 30.332 | 10,00% |
| Total | 303.333 | 100% |

b. Instrumento Patrimonial

Em Janeiro de 2023 foi constituída uma debênture com condições de instrumento financeiro composto, com a XP ASSET. Com isso até a data da possível conversão em ação que é agosto de 2025 devemos manter em nosso patrimônio líquido o valor referente a esse instrumento. Em 31/12/2024 e 31/12/2023 o valor do Instrumento Patrimonial é de R\$ (7.105.157).

c. Distribuição do resultado

O resultado líquido anualmente auferido pela Companhia, One7 Holding S.A. é aprovado em ata de assembleia, se houver lucro constitui-se a reserva legal, e posteriormente o lucro é direcionado para reserva de lucros, ou distribuído se assim estiver previsto e aprovado. No exercício findo de 31 de dezembro de 2024 foi auferido prejuízo no exercício no montante de R\$ 5.395.440 (R\$ 21.306.779 em 2023) o qual foi integralmente destinado para a conta de prejuízos acumulados.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2024 e 2023 a controladora está operando com prejuízo e por esse motivo não houve distribuição de resultado.

24 Receita de juros e receita de serviços

A Receita de juros é composta de receitas de securitização deduzidas os impostos e os descontos concedidos conforme destacado abaixo:

| Descrição | Individual | | Consolidado | |
|-------------------------------|----------------|---------------|-------------------|-------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Securitização | - | - | 28.424.611 | 24.988.604 |
| Receita com juros ativos/mora | 102.320 | 99.913 | 8.948.689 | 6.833.817 |
| Total Receita Líquida | 102.320 | 99.913 | 37.373.300 | 31.822.421 |

A Receita líquida é composta de receitas operacionais deduzidas os impostos conforme destacados abaixo:

| Descrição | Individual | | Consolidado | |
|----------------------------------|------------|----------|-------------------|-------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Serviços * | - | - | 17.474.441 | 13.051.012 |
| Receita bruta de serviços | - | - | 17.474.441 | 13.051.012 |

(*) A Companhia deixou de prestar serviços ainda em 2021, devido a sua mudança estratégica, onde passou a ser um holding de participações e não mais uma prestadora de serviços de tecnologia.

| | | | | |
|----------------------------|----------|----------|--------------------|--------------------|
| (-) ISS | - | - | (485.842) | (356.140) |
| (-) PIS | - | - | (257.453) | (195.643) |
| (-) COFINS | - | - | (1.188.088) | (901.163) |
| Deduções da receita | - | - | (1.931.381) | (1.452.946) |

25 Custo dos serviços prestados

A rubrica de custos dos serviços prestado é composta substancialmente pelos custos com mão de obra alocada no desenvolvimento do seu objeto social. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta custos dos serviços prestados estava assim apresentada:

| Descrição | Consolidado | |
|--|--------------------|--------------------|
| | 2024 | 2023 |
| Salários | (2.092.041) | (2.042.711) |
| 13º salários | (195.956) | (190.893) |
| Férias | (283.988) | (308.639) |
| INSS sobre salário | (541.183) | (581.777) |
| FGTS sobre salário | (172.879) | (187.347) |
| Assistência médica e odontológica | (150.458) | (143.530) |
| Outras | (135.203) | (144.025) |
| PAT – Programa de alim. do trabalhador | (432.347) | (430.949) |
| Tributos sobre 13º salário | (64.491) | (58.462) |
| Tributos sobre férias | (93.944) | (30.522) |
| Bônus | (487.558) | - |
| Total de custo com mão de obra | (4.650.048) | (4.118.855) |

| Descrição | Consolidado | |
|----------------------------------|---------------------|---------------------|
| | 2024 | 2023 |
| Custos bancários | (1.037) | (470) |
| Serviços prestados por terceiros | (6.918.889) | (13.030.767) |
| Outros custos softwares | (191.359) | (152.991) |
| Total de outros custos | (7.111.285) | (13.174.228) |
| Total de geral de custos | (11.769.333) | (17.293.081) |

| Descrição | Consolidado | |
|---|---------------------|---------------------|
| | 2024 | 2023 |
| Despesas com juros - Despesa de captação debêntures | (27.934.906) | (26.770.576) |
| Total de despesas com juros | (27.934.906) | (26.770.576) |

26 Resultado com investimento

Esse grupo refere-se aos resultados de investimento, o resultado de equivalência é composto pelas empresas do grupo nos anos de 2024 e 2023.

Em 2023 a One7 Securitizadora adquiriu o total de 3.050 cotas subordinadas do Fundo de investimento, em 2024 e 2023 o resultado dos investimentos foram conforme a seguir.

| Descrição | Individual | | Consolidado | |
|--|------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Resultado com equivalência | 6.963.574 | (12.136.336) | - | - |
| Resultado com investimento em Fundo - FIDC | - | - | 30.225.929 | 10.584.918 |
| Total receitas financeiras | 6.963.574 | (12.136.336) | 30.225.929 | 10.584.918 |

27 Resultado de aplicações financeiras

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

| Descrição | Individual | | Consolidado | |
|----------------------------|------------|-----------|-------------|-----------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Juros aplicação financeira | 250.945 | 1.807.796 | 1.840.112 | 2.435.078 |

| | | | | |
|-----------------------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| Outras receitas financeiras | - | - | 129.377 | 16.888 |
| Total receitas financeiras | <u>250.945</u> | <u>1.807.796</u> | <u>1.969.489</u> | <u>2.451.966</u> |

28 Despesas com pessoal

As despesas com pessoal do Grupo estão representadas no período de 31 de dezembro de 2024 e 2023 da seguinte forma:

| Descrição | Individual | | Consolidado | |
|-----------------------------------|------------|------|--------------------|--------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Despesas com Salários | - | - | (3.300.888) | (3.340.243) |
| Prêmios, bônus e gratificações | - | - | (995.802) | - |
| 13º salários | - | - | (35.171) | (45.568) |
| Férias | - | - | (5.996) | (311.200) |
| INSS sobre salário | - | - | (859.466) | (904.182) |
| FGTS sobre salário | - | - | (288.969) | (288.533) |
| Assistência média e odontológica | - | - | (225.950) | (196.591) |
| Outras | - | - | (121.637) | (267.543) |
| Alimentação | - | - | (676.418) | (638.838) |
| Provisão férias | - | - | (429.659) | (86.123) |
| Provisão encargos sobre férias | - | - | (143.687) | (38.405) |
| Provisão 13º | - | - | (272.618) | (262.625) |
| Provisão encargos sobre 13º | - | - | (97.859) | (90.247) |
| Total despesas com pessoal | - | - | <u>(7.454.120)</u> | <u>(6.470.088)</u> |

29 Despesas administrativas

As despesas administrativas do Grupo estão representadas no exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023 da seguinte forma:

| Descrição | Individual | | Consolidado | |
|--|------------------|------------------|---------------------|---------------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Serviços prestados por terceiros (*) | (41.315) | (36.024) | (5.554.061) | (6.690.114) |
| Despesa com locação (**) | - | - | (143.872) | (130.829) |
| Seguros | - | - | (1.517.547) | (1.444.219) |
| Assessoria jurídica | (47.574) | (35.570) | (1.613.757) | (1.630.010) |
| Despesas de cobrança | - | - | (54.276) | (31.778) |
| Despesas de manutenção | - | - | (1.537.416) | (1.310.517) |
| Despesas com viagens | - | - | (798.604) | (829.570) |
| Outras despesas gerais e administrativas | <u>(75.756)</u> | <u>(174.360)</u> | <u>(3.689.121)</u> | <u>(2.174.720)</u> |
| Total despesas administrativas | <u>(164.645)</u> | <u>(245.954)</u> | <u>(14.908.654)</u> | <u>(14.160.757)</u> |

(*) A maior parte do montante refere-se a despesas com consultoria, despesas com intermediadores de negócios na captação de clientes e demais serviços profissionais prestados.

(**) Referem-se à locações pulverizadas.

30 Despesas depreciação e amortização

As despesas de depreciação e amortização de direito de uso estão representadas no período de 31 de dezembro de 2024 e 2023 da seguinte forma:

| Descrição | Consolidado | |
|---|------------------|------------------|
| | 2024 | 2023 |
| Despesas com depreciação | (411.733) | (377.639) |
| Amortização Direito de Uso | (306.768) | (289.447) |
| Total despesas depreciação e amortização | (718.501) | (667.085) |

31 Despesas tributárias

As despesas tributárias do Grupo estão representadas no exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023 da seguinte forma:

| Descrição | Individual | | Consolidado | |
|-----------------------------------|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Despesa com impostos | (1.378) | (1.437) | (12.189) | (22.520) |
| Despesas com taxas | - | - | - | - |
| Outras despesas tributárias | (624) | (597) | (45.812) | (33.345) |
| Total despesas tributárias | (2.003) | (2.033) | (58.001) | (55.865) |

32 Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido do Grupo está representado no exercício de 31 de dezembro de 2024 e 2023 da seguinte forma:

| Receita financeira | Individual | | Consolidado | |
|-----------------------------------|------------|----------|-----------------|-----------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Juros com aplicação financeira | - | - | (1.136) | (19.524) |
| Juros Ativos | - | - | (97.835) | (25.710) |
| Total despesas financeiras | - | - | (98.971) | (45.232) |

| Despesa financeira | Individual | | Consolidado | |
|------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | 2024 | 2023 | 2024 | 2023 |
| Despesa com juros (**) | (12.528.596) | (10.326.635) | (12.528.596) | (10.610.014) |
| Juros empréstimos | - | - | (817.138) | - |
| (-) Descontos | - | - | (324.489) | (153.189) |
| Juros Arrendamento (*) | - | - | (168.788) | (194.199) |
| Multa por atraso | (103) | (549) | (2.703) | (1.450) |
| Despesas com IOF | (274) | (16.751) | (206.184) | (206.767) |

| | | | | |
|-----------------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Outras despesas financeiras | (16.658) | - | (16.664) | (8) |
| Total resultado financeiro | (12.545.631) | (10.343.935) | (14.064.562) | (11.216.627) |

(*) Refere-se aos juros embutidos nos contratos de arrendamento de imóveis, a taxa de desconto utilizada foi de 18,30%. Sobre contratos que tem vigência até 2024 e 2028.

(**) Refere-se aos aos juros da debenture instrumento financeiro.

33 Imposto de renda e contribuição social

Apurações do Imposto de Renda e da Contribuição Social correntes pelo Lucro Real e Presumido no período de 31 de dezembro de 2024 e 2023:

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|---|-------------------|---------------------|
| Lucro real | | |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | 15.982.564 | (17.765.445) |
| Adições e exclusões temporárias | | |
| (+) Provisão perda debêntures | - | (1.132.382) |
| (+) Provisão devedores duvidosos | 383.070 | (876.272) |
| (+) Direitos de Uso | 33.337 | 25.413 |
| (+) Provisão comissão PJ | 1.048.750 | 462.454 |
| (+) Provisão contingências | 239.343 | (207.686) |
| (+) Provisão de auditoria | 173.005 | (224.770) |
| Adições e exclusões permanentes | | |
| (+) Outras adições permanentes | (71.386) | 145.620 |
| (-) Adição prejuízo | 14.566.749 | - |
| Base tributária, antes da compensação dos prejuízos fiscais | 17.788.684 | (19.573.067) |
| (-) Compensação do prejuízo fiscal (30%) | (5.336.605) | - |
| Base tributária, após da compensação dos prejuízos fiscais | 12.452.079 | (19.573.067) |
| IRPJ 15% corrente | 1.867.812 | (2.935.960) |
| IRPJ 10% adicional corrente | 1.197.208 | (1.981.307) |
| CSLL 9% corrente | 1.120.647 | (1.761.576) |
| IRPJ 15% diferido | 800.491 | (2.935.960) |
| IRPJ 10% adicional diferido | 533.661 | (1.981.307) |
| CSLL 9% diferido | 480.294 | (1.761.576) |
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Lucro Presumido – Receita de prestação de serviço (*) | | |
| Receita financeira e de ganho de capital | - | 1.488.637 |
| Base para tributação | - | 1.488.637 |
| Total de IRPJ/CSLL | - | (486.227) |
| IRPJ 15% | - | (223.296) |
| IRPJ 10% adicional | - | (128.957) |
| CSLL 9% | - | (133.974) |

(*) A empresa One7 Holding S.A era tributada pelo lucro presumido até o ano de 2023, em 2024 a opção foi pelo lucro real.

34 Instrumentos financeiros

No exercício findo de 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia e suas controladas não operaram com derivativos e possuía instrumentos financeiros que consideram o caixa e equivalente de caixa e debênture com possibilidade de conversão em ações.

a. Administração de risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é aquele pelo qual a Companhia poderá vir a sofrer perdas econômicas decorrentes de alterações adversas nas taxas de juros, que podem ser ocasionadas por fatores relacionados a crises econômicas como também alterações na política monetária no mercado interno e externo. Esta exposição refere-se, principalmente, a mudanças nas taxas de juros de mercado que afetem ativos e passivos da Companhia indexados Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”).

A Administração da Companhia não restringe a exposição às diferentes taxas de juros e também não estabelece limites entre taxas Pré ou pós-fixadas.

A Administração da Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado visando avaliar a eventual necessidade de contratação de operações com o objetivo de proteção contra a volatilidade dessas taxas.

Quanto às aplicações da Companhia, o principal indexador é o CDI.

b. Quadro de análise de sensibilidade

A Companhia possui aplicações financeiras atrelados principalmente ao CDI e, por este motivo, a Administração entende que flutuações nestas taxas de juros podem afetar significativamente o resultado financeiro.

No quadro abaixo são considerados três cenários para os próximos 12 meses, considerando as variações percentuais das taxas de juros. O cenário provável foi elaborado com base na expectativa de mercado da taxa média efetiva do CDI.

Individual

| Em 31 de dezembro de 2023 | | | | Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$) | | |
|------------------------------------|-------|----------------------|------------|--|---------------------------------|----------------------------------|
| Operação | Risco | Saldo exposto em R\$ | Índice CDI | Cenário provável em R\$ | Cenário I 10% (Impacto Líquido) | Cenário II 20% (Impacto Líquido) |
| Ativos Financeiros | | | | | | |
| Aplicações financeiras | CDI | 5.117.115 | 13,04% | 667.272 | 733.999 | 800.726 |
| Debênture | IPCA | 35.096.271 | 6,65% | 2.333.902 | 2.357.292 | 700.682 |
| Mútuos | IPCA | 649.476 | 6,65% | 43.190 | 47.509 | 51.828 |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Debênture empréstimos | IPCA | (67.390.232) | 6,65% | (4.481.450) | (4.929.595) | (5.377.741) |
| | CDI | | 13,40% | - | | |
| Efeito líquido no resultado | | (26.527.370) | | (1.437.086) | (1.580.795) | (1.724.504) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | | | Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$) | | |

| Operação | Risco | Saldo exposto em R\$ | Índice CDI | Cenário provável em R\$ | Cenário I 10% (Impacto Líquido) | Cenário II 20% (Impacto Líquido) |
|------------------------------------|-------|----------------------|------------|-------------------------|---------------------------------|----------------------------------|
| Ativos Financeiros | | | | | | |
| Aplicações financeiras | CDI | 441.037 | 12,15% | 53.586 | 58.945 | 64.303 |
| Debênture | IPCA | 35.096.271 | 4,83% | 1.695.150 | 1.864.665 | 2.034.180 |
| Mútuos | IPCA | 751.796 | 4,83% | 36.312 | 39.943 | 43.574 |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Debênture | IPCA | (79.918.827) | 4,83% | (3.860.079) | (4.246.087) | (4.632.095) |
| Empréstimos | CDI | - | 12,15% | - | - | - |
| Efeito líquido no resultado | | (43.629.723) | | (2.075.031) | (2.282.534) | (2.490.038) |

Consolidado

| Em 31 de dezembro de 2023 | | | | Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$) | | |
|------------------------------------|-------|----------------------|------------|--|---------------------------------|----------------------------------|
| Operação | Risco | Saldo exposto em R\$ | Índice CDI | Cenário provável em R\$ | Cenário I 10% (Impacto Líquido) | Cenário II 20% (Impacto Líquido) |
| Ativos Financeiros | | | | | | |
| Aplicações financeiras | CDI | 20.286.469 | 13,04% | 2.645.355 | 2.909.891 | 3.174.427 |
| Direito Creditórios | IPCA | 102.987.874 | 6,65% | 6.848.694 | 7.533.563 | 8.218.432 |
| Mútuos | IPCA | 649.476 | 6,65% | 43.190 | 47.509 | 51.828 |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Debêntures | IPCA | (253.506.915) | 6,65% | (16.858.210) | (18.544.031) | (20.229.852) |
| Empréstimos | CDI | - | | | - | |
| Efeito líquido no resultado | | (129.583.096) | | (6.990.971) | (8.053.068) | (8.785.165) |

| Em 31 de dezembro de 2024 | | | | Risco na demonstração do resultado associado à taxa de juros (R\$) | | |
|------------------------------------|-------|----------------------|------------|--|---------------------------------|----------------------------------|
| Operação | Risco | Saldo exposto em R\$ | Índice CDI | Cenário provável em R\$ | Cenário I 10% (Impacto Líquido) | Cenário II 20% (Impacto Líquido) |
| Ativos Financeiros | | | | | | |
| Aplicações financeiras | CDI | 6.858.460 | 12,15% | 833.303 | 916.633 | 999.963 |
| Direito Creditórios | IPCA | 144.270.614 | 4,83% | 6.968.271 | 7.665.098 | 8.361.925 |
| Mútuos | IPCA | 751.796 | 4,83% | 36.312 | 39.943 | 43.574 |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Debêntures | IPCA | (319.665.161) | 4,83% | (15.439.827) | (16.983.810) | (18.527.793) |
| Efeito líquido no resultado | | (167.784.291) | | (7.601.941) | (8.362.136) | (9.122.331) |

c. Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria

Individual

| 31 de dezembro 2023 | Nível | Valor justo por meio do resultado | Ativos pelo custo amortizado | Passivos pelo custo amortizado | Total |
|-------------------------------|-------|-----------------------------------|------------------------------|--------------------------------|------------|
| Ativos | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2 | 5.117.861 | - | - | 5.117.861 |
| AFAC | | - | 287.000 | - | 287.000 |
| Debênture | | | 35.096.271 | | 35.096.271 |

One7 Holding S.A.
*Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024 e 2023*

| | | | | |
|--|------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| Mútuos a receber | - | 649.476 | - | 649.476 |
| Total ativos | 5.117.861 | 36.032.747 | - | 41.150.608 |
| Passivos | | | | |
| Fornecedores | - | - | (21.235) | (21.235) |
| Outras contas a pagar | - | - | (14.481) | (14.481) |
| Mútuos a pagar com partes relacionadas | - | - | (5.142.319) | (5.142.319) |
| Total passivos | - | - | (5.178.035) | (5.178.035) |
| Total | 5.117.861 | 36.032.747 | (5.178.035) | 35.972.573 |

| | Nível | Valor justo por meio do resultado | Ativos pelo custo amortizado | Passivos pelo custo amortizado | Total |
|--|-------|-----------------------------------|------------------------------|--------------------------------|-------------------|
| 31 de dezembro 2024 | | | | | |
| Ativos | | | | | |
| Caixa e equivalente de caixa | 2 | 441.783 | - | - | 441.783 |
| Debênture | | - | 35.096.271 | - | 35.096.271 |
| Mútuos a receber | | - | 75.796 | - | 75.796 |
| Total ativos | | 441.783 | 35.172.067 | - | 35.613.850 |
| Passivos | | | | | |
| Fornecedores | | - | - | (10.030) | (10.030) |
| Outras contas a pagar | | - | - | (38.564) | (38.564) |
| Mútuos a pagar com partes relacionadas | | - | - | (513.335) | (513.335) |
| Total passivos | | - | - | (561.929) | (561.929) |
| Total | | 441.783 | 35.172.067 | (561.929) | 35.051.921 |

Consolidado

| | Nível | Valor justo por meio do resultado | Ativos pelo custo amortizado | Passivos pelo custo amortizado | Total |
|--------------------------------|-------|-----------------------------------|------------------------------|--------------------------------|----------------------|
| 31 de dezembro 2023 | | | | | |
| Ativos | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2 | 20.286.469 | - | - | 20.286.469 |
| Direitos creditórios a receber | | - | 102.987.874 | - | 102.987.874 |
| Debêntures | | - | 260.689 | - | 260.689 |
| Mútuos a receber | | - | 649.476 | - | 689.476 |
| Total ativos | | 20.286.469 | 103.898.039 | - | 124.184.508 |
| Passivos | | | | | |
| Debêntures | | - | - | (253.506.915) | (253.506.915) |
| Fornecedores | | - | - | (233.455) | (233.455) |
| Outras contas a pagar | | - | - | (3.138.000) | (3.138.000) |
| Total passivos | | - | - | (256.878.370) | (256.878.370) |
| Total | | 20.286.469 | 103.898.039 | (254.019.997) | (132.693.862) |
| 31 de dezembro 2024 | | | | | |
| Ativos | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 2 | 13.808.231 | - | - | 13.808.231 |
| Direitos creditórios a receber | | - | 144.270.614 | - | 144.270.614 |
| Mútuos a receber | | - | 751.796 | - | 751.796 |
| Total ativos | | 13.808.231 | 145.022.410 | - | 158.830.641 |
| Passivos | | | | | |
| Debêntures | | - | - | (319.665.161) | (319.665.161) |
| Fornecedores | | - | - | (45.181) | (45.181) |
| Outras contas a pagar | | - | - | (3.927.032) | (3.927.032) |
| Total passivos | | - | - | (323.637.374) | (323.637.374) |

| | | | | |
|-------|-------------------|--------------------|----------------------|----------------------|
| Total | <u>13.808.231</u> | <u>145.022.410</u> | <u>(323.637.374)</u> | <u>(164.806.733)</u> |
|-------|-------------------|--------------------|----------------------|----------------------|

d. Risco de mercado

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

e. Política anti-inflacionária

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. Devido a isso a companhia fez liquidações de debêntures mais onerosas bem como realinhado novos contratos de debêntures a fim de mitigar riscos e prejuízos relacionados a custo financeiro na captação de recursos e despesas financeiras.

f. Risco institucional

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do autorregulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

g. Risco fiscal

No ano de 2022 a empresa foi beneficiado com a lei 14.430, que equiparou a securitização de créditos comerciais as demais securitizadoras para fins tributários, o que impactou diretamente na apuração de PIS e COFINS. Para 2026 temos a questão da reforma tributária que pode vir a impactar, dependendo de como o texto vai seguir e quais alterações teremos. Além do mais houve uma reorganização societária visando aproveitar oportunidades e mitigar riscos em todas as áreas, incluindo a tributária.

h. Risco Operacional

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

i. Direitos Creditórios

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. A companhia tem um histórico baixo de perdas, devido a sua política de cessão de crédito ser rigorosa e possuir toda uma estrutura de análise de crédito apoiada por softwares e empresas que complementam suas análises. Além do mais nos casos de renegociação com devedores a companhia possui um índice muito baixo de reincidência ou inadimplência.

j. Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o

pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores. Contudo buscando mitigar risco a companhia tornou mais robusta sua análise de crédito, o que reduziu em um primeiro momento sua carteira contudo fez com que a inadimplência ficasse abaixo da média de mercado.

k. Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

Individual

| | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-------------------------------|------|------------|------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 441.783 | 5.117.861 |
| Debênture | 8 | 35.096.271 | 35.096.271 |

Consolidado

| | Nota | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--------------------------------|------|-------------|-------------|
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 13.808.469 | 20.286.469 |
| Direitos creditórios a receber | 5 | 144.270.614 | 102.987.874 |
| Debêntures a receber | 8 | - | 260.689 |
| Mútuos a Receber | 7 | 751.796 | 649.476 |

l. Risco de liquidez:

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período aproximado de 90 dias incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades de passivos financeiros:

Individual

| | | 2023 | |
|----------------|--------------|------|-------------------|
| Valor contábil | 6 a 12 meses | | Acima de 12 meses |

| | | |
|----------------------------|-----------------------|--------------------------|
| Mútuos partes relacionadas | 5.142.319 | 5.142.319 |
| 2024 | | |
| | Valor contábil | 6 a 12 meses |
| Mútuos partes relacionadas | 513.335 | - |
| | | Acima de 12 meses |
| | | 513.335 |

Consolidado

| | | |
|-------------|-----------------------|--------------------------|
| 2023 | | |
| | Valor contábil | 6 a 12 meses |
| Debêntures | 253.506.915 | - |
| | | Acima de 12 meses |
| | | 253.506.915 |
| 2024 | | |
| | Valor contábil | 6 a 12 meses |
| Debêntures | 319.665.161 | - |
| | | Acima de 12 meses |
| | | 319.665.161 |

m. Risco de taxa de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros na linha de caixa e equivalentes de caixa para as aplicações financeiras.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros era:

Individual

| | | |
|---------------------------------|-------------|-------------|
| | 2024 | 2023 |
| Instrumentos pré-fixados | - | - |
| Ativos financeiros | - | - |
| Aplicações financeiras | 441.037 | 5.117.115 |

Consolidado

| | | |
|---------------------------------|-------------|-------------|
| | 2024 | 2023 |
| Instrumentos pré-fixados | | |
| Ativos financeiros | - | - |
| Aplicações financeiras | 6.858.460 | 17.444.437 |
| Contas a receber | | |
| Direito creditórios a receber | 144.270.614 | 102.987.874 |

35 Partes relacionadas

Partes relacionadas são os controladores e acionistas com participação relevante, empresas a eles ligadas, seus administradores, conselheiros e demais membros do pessoal-chave da administração e seus familiares.

As transações da Companhia com partes relacionadas resumem-se a rateio de despesas entre empresas do grupo e contratos de mútuos a pagar e receber.

a. Mútuos entre partes relacionadas

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a Companhia renovou contratos de mútuo com partes relacionadas, houve amortização durante o exercício, permanecendo saldo de R\$ 513.335 (R\$ 5.142.319 em 2021) e possuem liquidação prevista para os exercícios de 2025/2026, podendo ser prorrogado.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a conta de mútuo com partes relacionadas está assim apresentada:

Individual

| Valores a Receber | Tipo | 2024 | 2023 |
|-------------------------------|------------|----------------|------------------|
| One7 Holding S.A. | Controlada | - | - |
| Total mútuos a receber | | - | - |
| Valores a pagar | Tipo | 2024 | 2023 |
| One7 Securitizadora | Controlada | 178.758 | 4.678.758 |
| Legacy | Controlada | 334.577 | 463.561 |
| Total mútuos a pagar | | 513.335 | 5.142.319 |

b. Remuneração do pessoal chave

Durante os exercícios de 2024 e 2023 não houve remuneração do pessoal da diretoria estatutária.

c. Adiantamento para futuro aumento de capital

O saldo da conta de adiantamento para futuro aumento de capital refere-se a valores aportados pela Companhia com o intuito de aumentar o capital social, a alteração societária ocorreu em 2024 e foi integralizado o montante na controlada Rapidoo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 o saldo de adiantamento para futuro aumento de capital está assim apresentada:

| | 2024 | 2023 |
|---|----------|----------------|
| Rapidoo | | |
| Adiantamento para futuro aumento de capital | - | 287.000 |
| Total | - | 287.000 |

36 Contingências

Para o ano calendário de 2024 a Companhia tem em contingência 15 (quinze) processos classificados como possível totalizando R\$ 1.198.842 ((R\$ 1.885.454 (13) em 2023). Classificados como provável possui 4 (quatro), apresentado em 31 de dezembro de 2024, conforme a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------|----------------|-------------|
| Provisão de contingência | <u>250.007</u> | <u>-</u> |
| Total | 250.007 | - |

37 **Eventos subsequentes**

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data base das demonstrações financeiras e a data de autorização para sua emissão. Até o momento da autorização da emissão, não existe fato relevante a ser indicado nesse item.

Tatuí - SP, 09 de maio de 2025

* * *

João Paulo Boneder Fiuza
Diretor Presidente

Fernando Maia de Oliveira Cruz
Diretor Financeiro

Celina Ferrarezi Moises
CRC/SP: 1SP142.405/O-4

DF One7 Holding S A 2024 pdf

Código do documento 117891f6-8a3f-44bf-bbdd-72007edfa804



Assinaturas



Fernando Maia de Oliveira Cruz
fernando.cruz@one7.com.vc
Assinou

Fernando Maia de Oliveira Cruz



João Paulo Boneder Fiuza
jpfiuza@one7.com.vc
Assinou

João Paulo Boneder Fiuza



Celina Ferrarezi Moises
celina@santacruz.com.br
Assinou

Celina Ferrarezi Moises

Eventos do documento

09 May 2025, 09:53:22

Documento 117891f6-8a3f-44bf-bbdd-72007edfa804 **criado** por WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email:walter@one7.com.vc. - DATE_ATOM: 2025-05-09T09:53:22-03:00

09 May 2025, 09:53:47

WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email:walter@one7.com.vc. **REMOVED** o signatário **signatario_posicao_2xad44322xsdxxcadqw123aasiUASDQsxcdAQWD@posicao.d4sign.com.br** - DATE_ATOM: 2025-05-09T09:53:47-03:00

09 May 2025, 09:55:44

WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email:walter@one7.com.vc. **REMOVED** o signatário **walter@one7.com.vc** - DATE_ATOM: 2025-05-09T09:55:44-03:00

09 May 2025, 09:57:03

Assinaturas **iniciadas** por WALTER RENATO OLIVEIRA DA PORCIUNCULA JUNIOR (9e27dc7f-3621-4698-bd17-927176cab00). Email: walter@one7.com.vc. - DATE_ATOM: 2025-05-09T09:57:03-03:00

09 May 2025, 10:23:14

FERNANDO MAIA DE OLIVEIRA CRUZ **Assinou** (c785b750-3c0e-40f5-a576-40d818367869) - Email: fernando.cruz@one7.com.vc - IP: 189.60.103.51 (bd3c6733.virtua.com.br porta: 45856) - Documento de identificação informado: 119.970.637-00 - DATE_ATOM: 2025-05-09T10:23:14-03:00

09 May 2025, 13:18:24

CELINA FERRAREZI MOISES **Assinou** - Email: celina@santacruz.com.br - IP: 186.224.140.69
(186-224-140-69.metroethernet.dynamic.fst.sp.faster.net.br porta: 23918) - **Geolocalização: -23.3472161**
-47.8474262 - Documento de identificação informado: 796.207.798-00 - DATE_ATOM: 2025-05-09T13:18:24-03:00

09 May 2025, 16:03:35

JOÃO PAULO BONEDER FIUZA **Assinou** - Email: jpfuza@one7.com.vc - IP: 187.45.24.141
(1874524141.cilnet.com.br porta: 36348) - **Geolocalização: -23.3513714 -47.8482966** - Documento de
identificação informado: 263.142.358-55 - DATE_ATOM: 2025-05-09T16:03:35-03:00

Hash do documento original

(SHA256):fdb6acbf521efccd7bf08d9edf05d29a247cc04aa542948bfffdd22d72aedb70
(SHA512):772651ba48a98c12c6f9acc5d9a62d2333888bdcf683248049e0331697931b3301b80ce26ea930112e3d1160cc1690267fedf5321cc5d14daf4fb5c441351f85

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.